

Ministro com um pé na estrada e outro na escola

Marina Oliveira
Da equipe do **Correio**

fica nas mãos de Sônia Moreira, coordenadora da campanha.

Embora faça questão de negar que haja um objetivo eleitoral no lançamento do programa *Toda Criança na Escola*, Edson Machado admite que este é um momento político. "A intenção de atacar o problema vinha desde o início do governo. Não iniciamos antes porque não existiam as condições necessárias", acrescenta.

FINANCIAMENTO

Segundo ele, uma iniciativa como essa precisaria contar com o apoio de leis que atribuíssem responsabilidades específicas à União, estados e municípios no financiamento da educação.

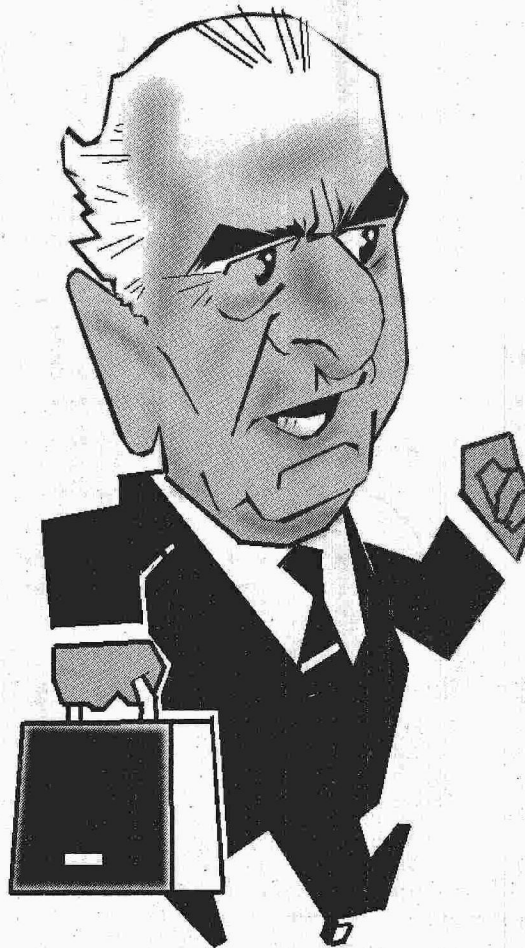
Isso, de acordo com Machado, só aconteceu com a aprovação do Fundo de Valorização do Magistério e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Outro problema que existia antes, segundo Machado, era a falta de estatísticas precisas sobre o número e a localização das crianças de sete a 14 anos que estão fora da escola. O Censo Escolar e a contagem populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) preencheram a lacuna.

Apesar de tudo isso, foi o discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso, em agosto, no Hotel Glória do Rio — comprometendo-se a colocar 2,7 milhões de crianças dentro de sala de aula até o final de seu mandato — que precipitou a elaboração do programa. Antes, o MEC não tinha nenhum plano concreto para atacar o problema.

O ministro convocou Sônia Moreira, delegada do MEC no Rio de Janeiro e pessoa de sua inteira confiança, para traçar a estratégia

O VIAJANTE



Curitiba
21 de outubro

Teresina
24 de outubro

São Luís
24 de outubro

João Pessoa
27 de outubro

Maceió
27 de outubro

Cuiabá
31 de outubro

Fortaleza
3 de novembro

Aracaju
3 de novembro

Belo Horizonte
6 de novembro

Salvador
10 de novembro

Natal
5 de dezembro

Recife
5 de dezembro

Manaus
11 de dezembro

Belém
15 de dezembro

JANTAR

Em Curitiba, na primeira viagem do ministro, um jantar de adesão ao programa no restaurante Madalosso contou com a presença de dois mil empresários. E até conseguiu juntar na mesma mesa, entre sorrisos e troca de elogios, políticos rivais no estado, como o senador Roberto Requião (PMDB), o governador Jaime Lerner (PFL) e o prefeito Cássio Taniguchi.

"Se as pessoas não abraçarem esse projeto, ele não será viável", frisa Edson Machado, chefe de gabinete de Paulo Renato. Ele acrescenta que as visitas do ministro criam o ambiente ideal para o início de ações conjuntas na comunidade. A tarefa de consolidar essas intenções

razão: Fernando Henrique desejava entregar ao Papa João Paulo II, que visitava o Brasil, uma cópia do documento, como forma de responder às críticas feitas pelo Pontífice à atuação do seu governo na área social.

CAMPANHA

O deputado Paes Landim (PFL/PI), que integra a base de apoio ao governo, não vê problemas no uso da campanha *Toda Criança na Escola* e dos temas sociais como bandeiras nas próximas eleições.

"Há setores do governo que realizaram um belo trabalho ao longo deste mandato, e Fernando Henrique irá mostrar isso. Nada mais natural", avalia o parlamentar. Para ele, as "ilhas" de competência no campo social seriam o Ministério da Educação (MEC) e o programa Comunidade Solidária.

Outra leitura faz o deputado opositor Paulo Paim (PT/RS). "Hoje existe uma percepção da importância da educação na sociedade que não havia há alguns anos", afirma, lembrando que pesquisas feitas em grandes cidades, como Porto Alegre, mostram que a educação é a terceira maior preocupação da população — atrás de saúde e emprego.

Ele acrescenta que programas como o programa *Toda Criança na Escola* permitem que o governo realize uma campanha semelhante à de 1994.

"Mostrando resultados, Fernando Henrique poderá usar pouco os palanques e comícios, confiando no marketing de seus projetos e reuniões fechadas de líderes para conseguir apoio e reeleger-se", acredita o deputado petista.

de execução da meta estabelecida pelo presidente.

No dia 16 setembro, na reunião semanal dos dirigentes do ministério, Paulo Renato apresentou a primeira versão do projeto, que ainda incompleta. O ministro tinha pressa: às 9h, determinou aos

assessores que lessem o texto e apresentassem sugestões para melhorá-lo até as 15h. Poucas alterações foram feitas.

A pedido do presidente, a versão final, que deveria ser apresentada até o dia 10 de outubro, teve que ser adiada em uma semana. A